

(2014) *INVENTÁRIO DO PATRIMÓNIO IMÓVEL DOS AÇORES*
– *ANGRA DO HEROÍSMO. TERCEIRA.*

ANGRA DO HEROÍSMO, ED. DIRECÇÃO REGIONAL DA CULTURA;
INSTITUTO AÇORIANO DE CULTURA.

Isabel Soares Albergaria – Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores.

Antes de passar à apresentação do livro propriamente dito gostaria de fazer algumas breves observações acerca deste empreendimento que – como já hoje aqui foi notado – tem-se revelado uma obra hercúlea. Começaria por lembrar que o Inventário do Património Imóvel dos Açores



nasce em 1999 por iniciativa do Instituto Açoriano de Cultura, na altura presidido pelo Dr. Jorge Paulus Bruno, o qual estabelece um protocolo com a DRC com vista a cumprir um requisito que viria a ser consagrado na Lei 107/2001, de 8 de Setembro, transposto para a região pelo Dec. Legislativo regional n.º 29/2004/A de 16 de Agosto, nomeadamente no seu art. 12.º que declara a incumbência do departamento da administração regional autónoma competente em matéria de cultura assegurar e coordenar o funcionamento de um inventário geral do património cultural existente nos Açores.

Certamente que na visão antecipadora do Dr. Jorge Bruno estava a consciência de que habitamos ilhas vulcânicas com atividade sísmica periódica e por vezes devastadora, como havia pouco tempo se verificara em Angra, e que por isso a existência de inventários generalizados e rigorosos do património (pelo menos do imóvel) se tornava uma tarefa urgente e necessária.

Estamos, pois, perante uma gigantesca empresa que soube acompanhar as dinâmicas normais do tempo e das circunstâncias, adaptar-se às dificuldades inerentes e aos diferentes entendimentos dos seus protagonistas, conservando uma notável fidelidade à conceção original do projeto e uma assinalável coerência de procedimen-

tos, pelo que os seus atores souberam até aqui conservar, de uma forma que é, infelizmente, rara em Portugal, um sentido de continuidade da missão a que se haviam proposto, a todos os títulos louvável. Sentido de historicidade e de responsabilidade para com os predecessores que me faz recordar o conhecido aforismo de Henrique de Gand segundo o qual, nós os contemporâneos não somos mais do que anões às costas de gigantes. Pode parecer exagero invoca-lo a este propósito mas o facto é que no tempo de imediatismos, de modas efémeras e de cumprimento de agendas pessoais a que assistimos diariamente, um empenhamento como este que já leva “no lombo” – perdoem-me o plebeísmo – década e meia, só pode ser visto como uma vetusta herança que deve ser honrada e cumprida, mau grado todas as falhas que possa ter e tem-nas seguramente (digo-o sem me eximir da minha quota parte de responsabilidade uma vez que participei na elaboração, não deste livro mas do inventário que lhe deu origem). Por isso todos merecem aplauso, os iniciadores e os continuadores, os responsáveis e os colaboradores.

Apresentar, pois, este livro é para mim uma honra; tê-lo à disposição da comunidade é certamente um orgulho para os angrenses mas é também uma riqueza partilhada por todos os habitantes das nossas ilhas e um valor

reconhecido muito para além delas. Insisto nisto: no sentido de partilha e de *bem comum* – princípios desgastados pela usura da ideologia capitalista *au transe* – mas que estão no cerne da noção de património (natural/cultural), tanto mais que falamos de um bem, de uma cidade e de uma angra que estão inscritas na lista do património mundial.

Quer isto dizer que tudo está bem? Que os habitantes de Angra convivem perfeitamente e sem conflitos, como Deus com os Anjos, com a zona classificada de Angra do Heroísmo, face às restrições impostas pelas medidas regulamentares decorrentes da definição da área de servidão administrativa entretanto criada?

Não parece sequer que tal fosse possível. É por demais evidente que a afirmação de interesses e expectativas pessoais e coletivas de negócio e rentabilização imobiliária, de modernização – seja lá o que queira significar essa expressão “modernização”, em muitos casos não mais do que imagens prefabricadas que se importam de forma acrítica –, de facilitação de meios e de ações (poderíamos dizer talvez de facilitismo), levam a que por um sem número de razões se olhe com antipatia os procedimentos burocráticos e as proibições práticas, a retórica conservacionista e a sua la-dainha repetidamente invocada de

conservação, recuperação e valorização patrimonial.

A defesa e valorização do património edificado habitam no seio do conflito social. Não há como escamoteá-lo. Mais ainda, o próprio conceito de património, tal como é entendido pelo pensamento ocidental, tão argutamente definido e explicado por Françoise Choay, enferma de um paradoxo insanável: por um lado, a historicidade do monumento prende-o irremediavelmente ao passado, mumificando-o (ou musealizando-o, se preferirem) na sua condição de documento autêntico; por outro, o desejo permanente de renovação, de refuncionalização e adaptação viva aos usos e formas do presente, retiram-lhe a aura de autenticidade, remetendo-o para um mundo de bastardia que desagrada e incomoda os espíritos sensíveis.

Não estou a falar obviamente da criação nova, assumidamente contemporânea, que deve saber dialogar com o património histórico e a cidade consolidada, quer por contraste quer por continuidade de linguagens, mas ainda assim em diálogo profícuo. Não falo desta ação criativa cuja função, afinal, tem sido algo mitigada nas cidades históricas onde a carga patrimonial é muito pesada, porventura por um fraco entendimento do devir histórico, por temor ou por falta de arrojo no gesto. Mesmo quando pretensamente vêm introduzir a mo-

deriedade, intervenções como as da marina de Angra ou a do seu vizinho Angra Marina Hotel resultam de um débil entendimento do *genius locci* (o génio do lugar) e resolvem-se por um desenho desastrado que agride e deslustra a relevância do património herdado.

Não só em Angra faltam exemplos de grande arquitetura no casco histórico – expressão que gosto particularmente porque se casa bem com a ideia da cidade consolidada e que se aplica tão adequadamente ao caso da zona classificada de Angra. Olho em volta e costumo perguntar aos meus amigos arquitetos quais as suas obras de referência no interior do perímetro urbano. A pergunta não costuma deixa-los muito confortáveis. A verdade é que intervir no centro histórico é difícil, impõe restrições, exige compromissos, e muito talento... Poucos aceitam o desafio e raros são os que ultrapassam soluções miméticas, banais e corriqueiras.

Manter intacto o carácter da cidade de Angra, conservar os valores arquitetónicos e urbanísticos que suportam a sua herança histórica de «cidade transatlântica» e transmiti-los condignamente às gerações vindouras, eis o compromisso implícito na classificação da zona central de Angra do Heroísmo como Património Mundial. A atribuição do galardão – devemos recordá-lo – dá-se na sequência do

desastre de 80, perante uma situação de risco eminente e em resultado da resposta rápida e eficaz que as autoridades locais e nacionais empreenderam (com o envolvimento da própria UNESCO). De acordo com o “Regime de protecção e valorização do património cultural da zona classificada da cidade de Angra do Heroísmo” definido pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2004/A, «O processo de reconstrução fez despertar o interesse pelo restauro do seu conjunto e um renovado gosto pelo seu valor e significado. Da reconstrução renasceu uma cidade fisicamente mais segura mas que soube manter o seu aspecto característico e preservar a sua herança urbanística e arquitectónica».

Muito já se disse e muito mais haveria ainda por dizer acerca do processo de reconstrução de Angra. A lógica que presidiu à reconstrução do centro histórico da capital terçeirense privilegiou a conservação cenográfica das fachadas e simultaneamente o reforço estrutural dos edifícios com a aplicação de betão armado e outros materiais modernos, contrariando os princípios enumerados por Camillo Boito em 1893, e consagrados nas doutrinas do Restauro do século XX. O princípio da autenticidade da matéria construtiva foi claramente ultrapassado e as reconstituições a partir de ideias aproximadas do original, uma prática

corrente. Várias razões justificam as soluções encontradas, desde as mais óbvias e imediatistas como sejam a urgência da intervenção, ou a falta de meios técnicos e humanos, até às mais conceptuais que se prendem com a situação traumática e a consequente necessidade de recuperação dos valores identitários perdidos.

A questão da autenticidade, colocada no cerne das liturgias do restauro, foi de novo colocada pelo “Documento de Nara” (Japão, 1994) (e mais tarde outra vez pela “Recomendação de Ename”, Quebeque, 2008) ao pretender compatibilizar as noções estritas de conservação e restauro, tal como vinha sendo posta em prática no Ocidente a partir das recomendações da “Carta de Veneza” (1964), com o diferente entendimento e técnicas usadas relativamente ao património noutros pontos do globo e particularmente no mundo oriental. A grande alteração produzida pela “Carta de Nara” residiu na relativização daquelas normas universais em função das diferentes perceções veiculadas acerca do património construído e das respetivas práticas conservacionistas, tomando-as em si mesmas como um património intangível ou imaterial em permanente diálogo com a materialidade dos objetos. Em última análise, alterou-se o próprio conceito de autenticidade, tornado mais elástico e variável, imbuído de noções de tole-

rância e de respeito pela diferença, e dependente das circunstâncias sociais e culturais que sustentam e justificam a própria existência do património (um conceito pós-moderno, portanto!) A excessiva cientifização e especialização técnica com que habitualmente os assuntos do património são tratados dentro de um *corpus* de conhecimentos e de saberes dominados e manipulados por uma tribo de eleitos, cientes das suas abordagens teóricas e práticas, e ciosos do uso de uma nomenclatura exclusiva, afastou porventura o comum dos cidadãos – os *stakeholders* do território e da paisagem, como agora se diz – de uma vivência mais franca e descomplexada com o seu património, encarado na sua dimensão espiritual e na significação cultural, integralmente considerada.

Este é um problema real que se coloca no seio da vida dentro das cidades históricas e que se atravessa nas discussões entre os responsáveis pela garantia dos valores da integridade, autenticidade e exemplaridade históricas do património, por um lado, e os que o usam e se servem dele no seu dia a dia, por outro lado. Aproximar os dois lados do rio, estreitando e estabelecendo pontes entre as duas margens, é porventura o maior desafio que se coloca aos seus responsáveis mais diretos, à população de Angra e das ilhas açorianas e a

todos em geral, pois ninguém escapa a uma tomada de posição nesta circulação global de informação e de partilha em que vivemos hoje.

O Inventário do Património Imóvel não diz, assim, respeito apenas aos especialistas. Sem a mobilização dos vários setores da sociedade em prole de uma ética e de uma estética patrimoniais, sem a consciencialização operante ao serviço do desenvolvimento cultural e ambiental das cidades e das paisagens, será em vão todo o esforço a favor da manutenção dos seus valores inerentes. Devemos saber potenciar o sentido de comunidade que existe ainda bem vivo nas nossas ilhas e extrair daí o fermento para uma acção partilhada, criativa e ajustada ao princípio da realidade. É urgente aproximar a ordem do discurso da ordem do real, sem descurar os valores e os princípios contidos nas noções de autenticidade, integridade e exemplaridade que regem todo o património autêntico, material e imaterial – em perfeita comunhão, porque um não existe sem o outro! Essa é a chave para uma efetiva política de conservação e valorização do património de Angra.

Exige-se pois uma pedagogia, algo que o Instituto Açoriano de Cultura não pode ser acusado de não fazer. E a prova inequívoca está em mais este livro, o 16.º na ordem das publicações do Inventário do Património Imóvel dos Açores.

Duas palavras impõem-se ainda sobre a estrutura e conteúdo desta obra.

Depois dos textos de apresentação oficial assinados pelo Diretor Regional da Cultura, Presidente da Câmara de Angra do Heroísmo e Presidente do Instituto Açoriano de Cultura, seguem-se os textos de enquadramento da autoria de José Guilherme Reis Leite, José Manuel Fernandes e João Vieira Caldas. Finaliza a primeira parte da obra o texto do coordenador do projeto Jorge Paulus Bruno, onde se explica a natureza do projeto, o seu enquadramento institucional, os objetivos e a metodologia seguida, explicando-se ainda as fontes de inspiração e a justificação para os critérios adotados, à semelhança do que tem vindo a ser feito nos anteriores cadernos.

A segunda parte do livro é preenchida pelos mapas que assinalam cartograficamente as espécies que integram as diversas tipologias: unidades paisagísticas construídas; conjuntos edificados: aqui identificados com o sistema urbano do centro de Angra, em si mesmo dividido entre a zona urbana classificada e o núcleo central da cidade, correspondente à malha da retícula angrense; conjunto de edifícios e outras construções; edifícios isolados (arquitetura religiosa, doméstica, pública e civil e militar); construções utilitárias (agrárias, piscatórias, industriais); elementos isolados ou

pontuais e vestígios arqueológicos. A terceira e última parte é inteiramente dedicada à apresentação das fichas de caracterização que compõem este primeiro volume, ordenadas pelo respetivo número de ordem e abundantemente ilustradas com imagens e plantas esquemáticas. A obra termina com um glossário, índice e ficha técnica. O grafismo contido segue a mesma matriz dos anteriores volumes, procurando acertar a imagem com o texto informativo de forma acessível e didática.

Feita a apresentação formal importa acrescentar algo mais sobre o conteúdo dos textos de enquadramento que penetram nos terrenos da história, da urbanística e da arquitetura de Angra de uma forma que, mais do que repetir o que já tem sido dito, apresentam um balanço atualizado dos conhecimentos já adquiridos e avançam até mesmo sobre alguns aspetos, com temas e interpretações mal conhecidos acerca da antiga capital açoriana e do seu valioso património. Destacaria em jeito de balanço, os papéis e atribuições nas estruturas fundacionais de Angra por Álvaro Martins Homem e João Vaz Corte Real, e as etapas subsequentes que deram à cidade de

Angra um recorte tão particular no seio do arquipélago e do império ultramarino português; a identificação dos traços urbanísticos da cidade no quadro das tipologias urbanas lusófonas transatlânticas; a interpretação original acerca da arquitetura religiosa angrense, em grande parte devedora da força modelar da sua catedral, uma peça inovadora, mesmo a nível nacional, da nova vaga da arquitetura tridentina.

Só por isso valeria a pena a leitura deste livro. Mas, como afirma o coordenador do projeto, a obra tem várias leituras possíveis e serve propósitos distintos. Pode ser lida ou apenas vista, analisada em profundidade ou consultada em situações pontuais. Importa que todos saibamos retirar dela o manancial de informação, o esclarecimento de dúvidas e a satisfação de curiosidades a que nos convida, bem como o enorme potencial para a gestão e valorização do património que constitui, afinal, o seu principal fundamento.

ISABEL SOARES ALBERGARIA

Nota: Texto apresentado na sessão pública de apresentação da obra em Angra do Heroísmo em 6 de Dezembro de 2014.